

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35
NIRE: 3530001003-5

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 004-2026

DATA/HORA E LOCAL: Aos 10 dias do mês de março de 2026, às 10h, foi realizada a reunião do Conselho Fiscal Prodesp, em formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS: Luzia Valéria Samo, Presidente do Conselho, Roberto Cesar de Oliveira Viegas; Bruno Santos Abreu Caligaris; Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda e Maurício Barutti de Oliveira.

CONVIDADOS: Camilo Cogo Cavalcanti, Diretor Administrativo e Financeiro; Glauber Aleixo Frediani, Gerente de Controladoria; Roberto Camargo, Auditor Independente da (BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda.); Renata Avigro Rosa, Gerente de Auditoria; Priscilla Assis Parada, Superintendente de Estratégia e Governança; Jorge Luiz de Souza, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo; Carlos Cesar Lucas Dias, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais; Eduardo Augusto Muniz de Souza, Gerente de Inovação Comercial, Víctor Hartmann, Gerente Comercial; Aymee Di Monaco, Gerente de Governança; e Sandra Marinalva da Silva Soares, Assessora do Escritório de Governança e Secretária da Reunião.

Iniciando a reunião, a Assessora do Escritório de Governança, Sra. Sandra Marinalva, deu as boas-vindas aos Conselheiros. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal solicitou à Gerente de Governança, Srta. Aymée Di Mônaco, que prestasse esclarecimentos acerca da participação de um membro do Conselho Fiscal na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, a realizar-se em 22 de abril de 2026.

Na oportunidade, a Gerente de Governança, Sra Aymee Di Monaco informou que, em atas de Assembleias Gerais de exercícios anteriores, constou a indicação nominal de um representante do Conselho Fiscal, historicamente o Conselheiro **Maurício Barutti de Oliveira**, razão pela qual submeteu à consideração do colegiado a possibilidade de manutenção dessa prática ou, alternativamente, a indicação do Conselho Fiscal de forma institucional.

Durante as discussões, os Conselheiros registraram questionamento acerca da indicação nominal de apenas um membro do Conselho Fiscal nas atas das Assembleias Gerais, considerando que as análises e manifestações são realizadas pelo colegiado enquanto órgão deliberativo. Nesse sentido, ponderaram que o registro poderia refletir a atuação institucional do Conselho Fiscal como um todo, com a indicação de todos os seus membros, ou, alternativamente, a indicação da **Presidente do Conselho** como representante do órgão.

Diante das considerações apresentadas, ficou **acordado**, preliminarmente, o registro da **participação de todos os membros do Conselho Fiscal**, sem prejuízo de que a área de Governança realize consulta junto ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, a fim de verificar eventual diretriz ou prática institucional acerca da forma de registro da participação do Conselho Fiscal nas atas das Assembleias Gerais.

1. Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Ordinária do Conselho Fiscal nº 002-2026, realizada em 16 de dezembro de 2025 e Extraordinária Conjunta entre o Conselho Fiscal nº 003-2026 e o Comitê de Auditoria Estatutário nº 129-2026, realizada em 10 de fevereiro de 2026.

Após apreciação da matéria, os membros do Conselho Fiscal aprovaram as atas mencionadas neste item da pauta.

2. Analisar e discutir as contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (atendimento aos itens 5.3, 5.4, 9.1, 9.2 e 9.3 do planejamento anual), contemplando: (i) Tomar


RCOV
45134


SS
39619


MO
41932


RM
48367


BC
47134


LS
41940

ciência sobre: a) do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; b) dos Relatórios do Comitê de Auditoria Estatutário (completo e resumido) sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025; c) Proposta para o Pagamento de Prêmio Eventual aos Diretores; d) dos Pareceres emitidos pelos membros do Conselho de Administração sobre: as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025; o Relatório Anual da Administração Referente ao Exercício de 2025; o Relatório Anual de Sustentabilidade Referente ao Exercício de 2025; a Destinação do Lucro do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2025; e a Política Remuneratória dos Administradores (para o período de abril/2026 a março/2027); e (ii) Opinar e emitir pareceres sobre: a) as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025; b) o Relatório Anual da Administração Referente ao Exercício de 2025; c) o Relatório Anual de Sustentabilidade Referente ao Exercício de 2025; d) a Destinação do Lucro do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2025; e a Política Remuneratória dos Administradores (para o período de abril/2026 a março/2027).

O Sr. Camilo Cogo Cavalcanti, Diretor Administrativo e Financeiro, apresentou aos membros do Conselho

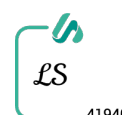
Fiscal os resultados da Companhia referentes ao **“exercício findo em 31 de dezembro de 2025”**, tomando por base as Demonstrações Financeiras previamente disponibilizadas ao colegiado, bem como informações operacionais e gerenciais complementares destinadas a subsidiar a análise das contas do exercício. Inicialmente, esclareceu que a apresentação buscava fornecer uma visão abrangente do desempenho da Companhia, contemplando panorama geral do exercício, comparação entre realizado e orçado, composição das contas patrimoniais, desempenho econômico, **fluxo de caixa e anexos explicativos das Demonstrações Financeiras**.

Inicialmente, o Diretor informou que a Companhia **encerrou o exercício de 2025** com receita operacional líquida de aproximadamente [REDACTED], representando crescimento de cerca de 21% em relação ao exercício de 2024. Foi também apresentado [REDACTED] da ordem de [REDACTED], correspondendo a crescimento aproximado de 13% em relação ao ano anterior. Quanto ao [REDACTED], foi registrado resultado de [REDACTED], valor cerca de 15% inferior ao apurado em 2024, situação que, segundo esclarecido, decorre da estratégia adotada pela Companhia de buscar maior eficiência operacional e evitar o repasse integral de aumentos de custos aos seus clientes, notadamente órgãos da Administração Pública Estadual. Foi destacado que, no período compreendido entre 2022 e 2025, a Companhia apresentou crescimento médio anual de aproximadamente 12%, percentual considerado relevante para empresas do setor de tecnologia. Também foram mencionadas iniciativas de redução de custos na ordem de [REDACTED] ao longo do período.

No tocante a fatos relevantes do exercício, foi ressaltada a concretização da venda do imóvel localizado na Mooca, pelo montante aproximado de [REDACTED], valor que teria sido cerca de 15% superior ao valor de mercado, contribuindo para a gestão de ativos da Companhia. Informou-se ainda que o [REDACTED] da Companhia encerrou o período em aproximadamente [REDACTED], e que foram realizados [REDACTED] no montante de [REDACTED] ao longo do exercício de 2025. Foi igualmente mencionado que os dividendos previstos para distribuição correspondem a 25% do [REDACTED] conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável às sociedades por ações, totalizando aproximadamente [REDACTED].

Na sequência da apresentação, o Diretor destacou a composição do resultado da Companhia por segmentos de clientes, mencionando que parte das receitas decorre também de contratos firmados com outros entes federativos e com municípios. Nesse contexto, foi mencionado o contrato mantido com a Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais - SEDUC/MG, cujo resultado apresentou desempenho negativo no exercício, da ordem aproximada de [REDACTED], situação atribuída principalmente ao aumento de custos relacionados à implementação de soluções de cibersegurança, que ainda não haviam sido integralmente repassados ao cliente no período analisado. Foi informado que a Companhia iniciou recentemente o processo de revisão e repasse desses custos contratuais, o que já vem gerando repercussões entre usuários e parceiros vinculados ao referido contrato.

O Conselheiro Bruno Caligaris questionou se o referido contrato com a Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais havia sido renovado, bem como quais seriam os termos dessa eventual renovação e as perspectivas de continuidade da atuação da Companhia naquele Estado. Em resposta, o Diretor informou que não dispunha, naquele momento, da confirmação detalhada sobre a renovação do contrato, sendo sugerido que a área comercial apresentasse esclarecimentos



adicionais em reunião futura, inclusive quanto à estratégia de atuação da Companhia junto à SEDUC/MG e às perspectivas de expansão ou continuidade da prestação de serviços naquele ente federativo. Foi registrado que tais informações seriam levantadas pela área competente para posterior apresentação ao Conselho Fiscal.

Durante a apresentação da comparação entre valores orçados e realizados, foi esclarecido que a Companhia apresentou receita líquida, [REDACTED] e [REDACTED] superiores aos valores inicialmente previstos no orçamento, tendo sido observado, contudo, desempenho acima do planejado nas despesas classificadas como SG&A, em especial em razão de gastos adicionais associados à atuação de squads comerciais, voltados à ampliação da geração de receitas.

O Conselheiro Bruno Caligaris questionou se tais despesas adicionais poderiam estar relacionadas às dificuldades de caixa enfrentadas pela Companhia. Em resposta, o Diretor esclareceu que tais gastos impactam diretamente o resultado e o [REDACTED], sendo que, na ausência dessas despesas, o caixa da Companhia poderia apresentar posição mais elevada.

Foram apresentados dados relativos à posição de [REDACTED], informando-se que houve redução do saldo de aproximadamente [REDACTED] para cerca de [REDACTED], demonstrando evolução positiva no acompanhamento dessa rubrica. Permaneceriam, entretanto, valores pendentes relacionados a indenizatórios em aberto no montante aproximado de [REDACTED], cuja cobrança continua sendo conduzida junto aos clientes.

Outro ponto abordado na reunião foi o aumento significativo da conta de despesas antecipadas, que passou de [REDACTED] em 2024 para aproximadamente [REDACTED] em 2025, representando variação de cerca de [REDACTED]. Foi esclarecido que tais valores estão relacionados principalmente à contratação de licenças tecnológicas e serviços de cibersegurança, hiperautomação, data center e virtualização, junto a fornecedores especializados, cujos contratos possuem vigência de 12 a 24 meses, sendo apropriados ao resultado ao longo do período de utilização.

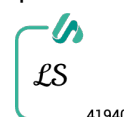
Foi informado ainda que tais despesas estão relacionadas a contratos relevantes, inclusive voltados à prestação de serviços a clientes institucionais da Companhia, como o contrato associado à SPPREV e à Secretaria da Educação, envolvendo soluções tecnológicas utilizadas por esses órgãos.

Durante esse ponto da apresentação, o Conselheiro Bruno Caligaris solicitou esclarecimentos adicionais quanto à normalidade desse aumento nas despesas antecipadas, questionando se haveria algum fator extraordinário que merecesse atenção do Conselho Fiscal. Em resposta, o Diretor destacou que a principal preocupação da administração diz respeito ao faturamento dessas despesas junto aos clientes, uma vez que, em alguns casos, a contratação junto aos fornecedores ocorre antes da efetiva formalização ou faturamento dos serviços aos clientes. Citou como exemplo um contrato relevante relacionado a serviços de cibersegurança destinados à SPPREV e à Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), cuja contratação ocorreu em dezembro, tendo sido encaminhados apontamentos de faturamento aos clientes posteriormente, encontrando-se ainda em fase de esclarecimentos e validações junto às áreas demandantes. Nesse contexto, o Diretor ressaltou que eventuais atrasos no faturamento e na entrada de recursos podem gerar descasamento entre pagamentos a fornecedores e recebimentos da Companhia, situação que pressiona o [REDACTED], especialmente considerando que a Companhia opera com margens contratuais reduzidas.

O Conselheiro questionou ainda, quais medidas poderiam ser adotadas para mitigar tais descasamentos. Em resposta, foi mencionado pelo Diretor que uma alternativa seria condicionar pagamentos a fornecedores ao efetivo recebimento dos valores junto aos clientes, de modo a evitar que a Companhia continue financiando contratos públicos com recursos próprios.

A Presidente do Conselho, Luzia Sarno, ao se manifestar sobre o tema, destacou a importância de que a Companhia assegure maior rigor na formalização contratual, com instrumentos claros e devidamente assinados antes do início da prestação dos serviços. Ressaltou que a formalização adequada contribui para reduzir questionamentos posteriores quanto à entrega e à cobrança dos serviços. Observou ainda que, no contexto da Administração Pública, decisões orçamentárias e contingenciamentos podem alterar significativamente o cenário inicialmente previsto, o que exige da Companhia capacidade de adaptação e eventual manutenção de posição de caixa mais robusta, de modo a enfrentar tais situações sem comprometer a continuidade dos serviços prestados ao cidadão.

O Conselheiro Rodrigo Fontenelle corroborou as observações apresentadas pela Presidente do Conselho, ressaltando que, embora práticas típicas do setor privado possam servir de referência, é necessário considerar as peculiaridades de uma empresa pública, cuja atuação está diretamente relacionada à prestação de serviços essenciais à sociedade. Nesse sentido, destacou que o desafio



institucional reside em encontrar equilíbrio entre a [REDACTED] da Companhia e a continuidade da prestação de serviços públicos.

Durante as discussões, foram também abordadas questões relativas aos [REDACTED] realizados pela Companhia, que totalizaram aproximadamente [REDACTED] em 2025, sendo cerca de R\$ 388 milhões classificados como ativos intangíveis, relacionados principalmente ao desenvolvimento de sistemas e soluções tecnológicas, além de [REDACTED] aplicados em infraestrutura de data center.

Entre os principais [REDACTED] mencionados destacou-se o desenvolvimento do [REDACTED], cujo investimento total foi estimado em aproximadamente [REDACTED], bem como projetos relacionados a hiperautomação, plataforma de gestão de conteúdo e sistemas estruturantes para clientes como DETRAN e SGGD.

O Conselheiro Roberto Viegas solicitou esclarecimentos adicionais acerca da natureza e da forma de contabilização dos **ativos intangíveis** registrados pela Companhia. Em resposta, o Diretor explicou que tais ativos correspondem, em grande parte, a sistemas e soluções tecnológicas desenvolvidos pela própria PRODESP, destinados ao atendimento de clientes ou ao uso institucional da Companhia. Esclareceu que, durante a fase de desenvolvimento desses sistemas, os custos relacionados a licenças, infraestrutura tecnológica e alocação de equipes especializadas são registrados como ativo intangível. Após a conclusão do desenvolvimento e a entrada em operação dos sistemas, esses valores passam a ser apropriados gradualmente ao resultado ao longo de sua vida útil. Como exemplo, foi mencionado o sistema de RH estruturante, desenvolvido para atendimento à Secretaria de Gestão, cujos [REDACTED] foram inicialmente capitalizados como ativo intangível durante o desenvolvimento e posteriormente passaram a ser reconhecidos como custos operacionais do serviço.

O Conselheiro Bruno Caligaris questionou, se as dificuldades de [REDACTED] já haviam sido observadas em exercícios anteriores, especialmente no ano de 2024, quando os [REDACTED] também foram expressivos. Em resposta, o Diretor informou que tais dificuldades vêm sendo percebidas desde o final de 2023, em razão de mudanças estruturais na forma de precificação e nas margens dos contratos firmados pela Companhia.

Explicou que, em anos anteriores, determinados contratos, como aqueles relacionados à coleta biométrica e à emissão de CNH, possuíam margens significativamente superior, o que contribuía para a geração de caixa da Companhia. Com a revisão dessas margens e a adoção de modelos contratuais mais alinhados à política pública de redução de custos para o Estado, a Companhia passou a operar com margens mais reduzidas, o que impacta diretamente sua capacidade de geração de caixa.

Adicionalmente, foram mencionados [REDACTED] realizados no âmbito de programas financiados por organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em que a Companhia atuou como executora de projetos de transformação digital, sem a aplicação de margem comercial, por se tratar de recursos destinados diretamente à modernização do Estado.

Durante a continuidade das discussões, a Presidente do Conselho ressaltou a necessidade de revisão mais aprofundada dos processos internos da Companhia, especialmente no que se refere à tramitação de demandas, elaboração de termos de referência e formalização de propostas comerciais, observando que atrasos nesses fluxos podem comprometer a conversão de demandas em receitas.

O Conselheiro Roberto Viegas acrescentou que mudanças frequentes nas equipes envolvidas nos projetos podem comprometer a continuidade do conhecimento acumulado e dificultar a adequada compreensão das necessidades dos clientes, o que gera retrabalho e aumenta o tempo necessário para o desenvolvimento das soluções tecnológicas.

Também foram discutidos aspectos relacionados à gestão de [REDACTED] e à geração de receitas futuras associadas aos novos produtos desenvolvidos pela Companhia. O Conselheiro Bruno destacou a importância de acompanhar a efetiva monetização desses [REDACTED] mencionando especificamente o caso do [REDACTED] [REDACTED], cujo elevado volume de investimento exige acompanhamento quanto ao retorno financeiro esperado.

A Presidente do Conselho observou que [REDACTED] dessa magnitude deveriam, sempre que possível, estar associados a compromissos ou perspectivas mais concretas de contratação por parte dos clientes, de modo a reduzir riscos para a Companhia.

Por fim, foram registrados apontamentos acerca da prestação de serviços relacionados à coleta biométrica e à emissão de CNH, destacando-se que tais atividades historicamente representavam

importante fonte de geração de caixa para a Companhia, com margens que chegaram a representar entre [REDACTED] e [REDACTED] anuais, situação que foi alterada nos últimos anos em razão de mudanças contratuais e renegociações com os órgãos clientes.

Após os esclarecimentos prestados pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Camilo Cogo Cavalcanti, responsável pela apresentação das matérias constantes deste item de pauta, o Conselho Fiscal registrou agradecimento pela exposição realizada e **ciência** das informações apresentadas, ressaltando a importância do **acompanhamento contínuo** das medidas voltadas à melhoria da eficiência operacional, à mitigação de riscos de descasamento de caixa e à avaliação da viabilidade econômica dos [REDACTED] realizados pela Companhia.

Após os esclarecimentos prestados pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Camilo Cogo Cavalcanti, responsável pela apresentação das matérias constantes deste item de pauta, o Conselho Fiscal registrou agradecimento pela exposição realizada e **ciência** das informações apresentadas no âmbito da **análise das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**, compreendendo as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025, o Relatório Anual da Administração referente ao Exercício de 2025, o Relatório Anual de Sustentabilidade referente ao Exercício de 2025, a proposta de destinação do lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a Política Remuneratória dos Administradores para o período de abril de 2026 a março de 2027, matérias sobre as quais o colegiado deverá oportunamente **opinar e emitir pareceres**, nos termos de suas competências estatutárias. Na oportunidade, ressaltou-se ainda a **importância do acompanhamento contínuo** das medidas voltadas à melhoria da eficiência operacional, à mitigação de riscos de descasamento de caixa e à avaliação da viabilidade econômica dos [REDACTED] realizados pela Companhia.

Adicionalmente, no que se refere à situação contratual relacionada à prestação de serviços de **emissão de CNH e coleta biométrica** vinculados ao DETRAN, bem como às informações prestadas pela administração no sentido de que, no exercício de 2026, a emissão de CNH ainda não se encontra amparada por instrumento contratual vigente nem vem sendo objeto de faturamento pela Companhia, os membros do Conselho Fiscal **registraram a necessidade de aprofundamento da matéria**. Nesse sentido, o colegiado **convocou** a participação do **Diretor de Desenvolvimento de Sistemas, Sr. Rafael Almeida Fernandez Soto**, na próxima reunião do Conselho Fiscal, a fim de prestar esclarecimentos detalhados acerca da situação das negociações com o DETRAN, dos encaminhamentos adotados para a regularização contratual da prestação dos serviços, bem como das perspectivas de faturamento e continuidade das atividades relacionadas à emissão de CNH e à coleta biométrica.

Relatório dos Auditores Independentes

Na sequência, o Sr. Roberto Camargo, Auditor Independente da empresa BDO, apresentou aos membros do Conselho Fiscal o **Relatório dos Auditores Independentes** sobre as **Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**, esclarecendo inicialmente que a minuta do relatório havia sido previamente disponibilizada aos conselheiros e que a emissão do documento final ocorrerá após a aprovação das demonstrações financeiras pelos órgãos de governança competentes.

Durante a apresentação, o auditor destacou a abordagem metodológica adotada nos trabalhos de auditoria, que contemplou as etapas de entendimento do ambiente de controle e planejamento dos procedimentos, avaliação de estimativas contábeis relevantes, análise de controles internos, execução de testes de saldos e procedimentos de circularização, bem como a verificação das demonstrações financeiras em conjunto com balancetes e demais informações contábeis fornecidas pela Companhia.

Foram igualmente apresentados os principais assuntos de auditoria considerados relevantes no exercício, dentre os quais se destacaram: **(i)** transações com partes relacionadas, incluindo operações realizadas entre a Companhia e órgãos da Administração Pública Estadual e demais entidades vinculadas, com avaliação quanto à adequada evidenciação e conformidade com as normas contábeis aplicáveis; **(ii)** reconhecimento de receitas a faturar (cut-off), com verificação da correta apropriação das receitas no período contábil correspondente; **(iii)** análise da imunidade tributária, considerada evento novo no exercício e submetida à avaliação de especialistas independentes;

(iv) venda do imóvel localizado no bairro da Mooca, operação relevante para o resultado do exercício;



(v) movimentações das contas de ativo intangível e imobilizado, incluindo [REDACTED] em sistemas e infraestrutura tecnológica; (vi) juros sobre capital próprio; e (vii) avaliações conduzidas por especialistas das áreas tributária, trabalhista e de controles internos, que prestaram suporte técnico aos trabalhos de auditoria.

O auditor informou que o Relatório dos Auditores Independentes foi emitido sem ressalvas, não tendo sido identificadas distorções relevantes que comprometessem a fidedignidade das demonstrações financeiras da Companhia. Destacou, contudo, a existência de ajuste contábil relacionado ao **WIP (Work in Progress)** no montante aproximado de [REDACTED], valor já considerado líquido do efeito do exercício anterior, ressaltando tratar-se de tema recorrente nos trabalhos de auditoria.

Foi esclarecido que a Administração implementou controles adicionais envolvendo as áreas financeira e comercial, com o objetivo de mitigar novas ocorrências dessa natureza. Embora tais medidas já tenham apresentado evolução, o auditor ressaltou que ainda demandam aperfeiçoamentos, especialmente quanto ao acompanhamento sistemático ao longo de todo o exercício, e não apenas no encerramento do período contábil.

No decorrer da apresentação a Presidente do Conselho solicitou esclarecimentos adicionais acerca da evolução dos controles relacionados ao **WIP** e da efetividade das medidas adotadas pela Administração, tendo o auditor informado que a efetividade plena desses controles deverá ser avaliada ao longo do exercício de 2026, à medida que o novo modelo de acompanhamento amadureça.

Diante das informações apresentadas, os membros do Conselho Fiscal registraram ciência da apresentação do **Relatório dos Auditores Independentes**, emitido sem ressalvas, deliberando, entretanto, pelo **acompanhamento, em regime de follow-up**, da **evolução** dos controles relacionados ao registro e reconhecimento de receitas (**WIP**), tema que deverá permanecer em monitoramento nas próximas reuniões do colegiado.

3. Ciência sobre a aferição das [REDACTED] do Programa de Participação dos Resultados - PPR 2025, visando a análise do atingimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo ref. o exercício de 2025, nos termos do §2º, do Art. 23 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do inciso V, do artigo 14 do Estatuto Social da Cia.

A Gerente de Auditoria, Sra. Renata Avigro Rosa, apresentou aos membros do Conselho Fiscal os resultados da aferição das [REDACTED] do Programa de Participação nos Resultados - PPR 2025, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 23 da Lei Federal nº 13.303/2016 e ao inciso V do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, na companhia da Superintendente de Estratégia e Governança, Sra. Priscilla Assis Parada. Informaram que o processo de apuração das metas já havia sido concluído e submetido previamente ao Conselho de Administração, sendo apresentado ao Conselho Fiscal para ciência.

Conforme exposto, das 23 [REDACTED] estabelecidas para o exercício de 2025, **18 foram cumpridas e 5 não atingidas**, resultando em **78% de atingimento global das metas**. Entre as metas alcançadas, destacaram-se, dentre outras, a melhoria da satisfação dos usuários dos aplicativos da Companhia, o aumento da capacidade de agendamento nos postos do Poupatempo, os índices de satisfação do cidadão, o cumprimento de prazos pela Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas (DDS), a celebração de novos contratos comerciais, a ampliação de produtos e APIs no [REDACTED] a evolução dos indicadores de maturidade em LGPD e cibersegurança, iniciativas relacionadas à Lei do Bem, implementação de soluções com uso de inteligência artificial, aumento da carga média de capacitação dos colaboradores, bem como indicadores financeiros, tais como receita operacional líquida, [REDACTED] e índice de liquidez geral.

Durante a apresentação, o Conselheiro Bruno Caligaris formulou questionamentos sobre algumas metas específicas, incluindo as iniciativas relacionadas ao uso de inteligência artificial e os critérios adotados para definição das metas financeiras, tendo sido esclarecido que os detalhamentos e evidências das metas encontram-se registrados em processos específicos, avaliados pela área de conformidade e posteriormente verificados pela auditoria interna.

Na sequência, foram apresentadas as **metas não atingidas**, quais sejam: índice de satisfação geral dos clientes da Companhia; faturamento com soluções baseadas em dados; ampliação da base de novos clientes privados ou não governamentais; índice de disponibilidade percebida de sistemas críticos e hiper-críticos; e manutenção do nível mínimo de caixa estabelecido como meta para o exercício.



No decorrer da discussão, o Conselheiro também solicitou esclarecimentos acerca da relação entre o **atingimento das [REDACTED]** e a **distribuição de resultados** no âmbito da Companhia. Foi esclarecido que as [REDACTED] têm duas finalidades principais: avaliar a execução da estratégia organizacional, conforme exigência da Lei nº 13.303/2016, e definir o percentual da folha de pagamento a ser destinado ao Programa de Participação nos Resultados dos empregados da Companhia. Informou-se, ainda, que o percentual de atingimento das metas define o montante global a ser distribuído aos empregados, cuja distribuição individual considera também metas setoriais e avaliação de competências.

Na oportunidade, o Conselheiro registrou questionamento acerca da diferença entre os critérios aplicáveis aos empregados e aos diretores estatutários, uma vez que o atingimento das [REDACTED] impacta o PPR dos empregados, mas não interfere na remuneração variável dos diretores, solicitando, ainda, a apresentação da régua de critérios utilizada para definição desses pagamentos. Em resposta, a Superintendente esclareceu que os empregados são regidos pelo Decreto nº 59.598, que disciplina o Programa de Participação nos Resultados, enquanto os diretores estatutários seguem regime próprio, com critérios específicos definidos em normativos distintos pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.

Ao final, as apresentadoras informaram que todos os processos de aferição das metas, contendo as evidências e fundamentações técnicas correspondentes, encontram-se registrados e disponíveis para eventual consulta pelos membros do colegiado. O Conselheiro registrou agradecimentos e ciência das informações apresentadas.

4. Ciência da: (i) Carta Anual de Governança; (ii) Política de Distribuição de Dividendos; (iii) Política de Divulgação de Informações e Porta-Vozes; (iv) Política de Transações com Partes Relacionadas; (v) Política Anticorrupção e Antissuborno; (vi) Política de Compliance; (vii) Política de Gestão de Riscos e Controles Internos; (viii) Política de Patrocínio; (ix) Política de Preços e Descontos. (Documentos disponibilizados no site da Cia)

Na sequência, passou-se à apreciação do item relativo à ciência dos instrumentos de governança da Companhia, consistentes na: (i) Carta Anual de Governança; (ii) Política de Distribuição de Dividendos; (iii) Política de Divulgação de Informações e Porta-Vozes; (iv) Política de Transações com Partes Relacionadas; (v) Política Anticorrupção e Antissuborno; (vi) Política de Compliance; (vii) Política de Gestão de Riscos e Controles Internos; (viii) Política de Patrocínio; e (ix) Política de Preços e Descontos, todos previamente disponibilizados no sítio eletrônico da Companhia.

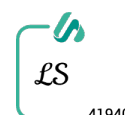
Durante a discussão do tema, o Conselheiro Roberto Viegas registrou que procedeu à leitura de algumas das políticas, em especial da Política Anticorrupção e Antissuborno, da Política de Compliance e da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, destacando que **não identificou**, nos documentos analisados, referências a determinados decretos estaduais editados nos últimos anos que impactam diretamente tais instrumentos normativos. Ressaltou que, embora as bases normativas estejam mencionadas nos documentos, seria recomendável verificar a necessidade de atualização das referências legais e regulamentares, tendo em vista a edição de novos decretos estaduais aplicáveis às empresas públicas e às entidades da administração indireta.

Em atenção à manifestação, foi registrado o encaminhamento para que a área responsável avalie a necessidade de atualização das políticas mencionadas, considerando a inclusão de eventuais normativos estaduais supervenientes que tenham impacto sobre os instrumentos de governança da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal consignaram **ciência** dos documentos apresentados, registrando que a análise mais detalhada das referidas políticas poderá ser realizada pelos Conselheiros de forma assíncrona. Nesse sentido, acordou-se que eventuais comentários ou apontamentos adicionais poderão ser encaminhados até o final do dia seguinte, quanto aos temas considerados prioritários, permanecendo aberto prazo até o final da semana para eventuais manifestações complementares.

Por fim, foi registrado que o Conselheiro Bruno Caligaris permaneceria na reunião para acompanhar as demais apresentações e, quando pertinente, compartilhar posteriormente com os demais membros do colegiado os principais pontos observados, a fim de subsidiar a análise dos documentos disponibilizados.

5. Aprovar a Atualização do Regimento Interno do Conselho Fiscal. - (atendimento ao item 2.2 do planejamento anual do CF)



Na sequência, a Assessora do Escritório de Governança apresentou aos membros do Conselho Fiscal a proposta de atualização do Regimento Interno do colegiado, em atendimento ao item 2.2 do planejamento anual do Conselho Fiscal. Informou que o documento contendo as sugestões de atualização foi disponibilizado previamente aos conselheiros para análise, destacando que o Conselheiro Roberto Viegas encaminhou contribuições e ajustes ao texto do regimento, os quais foram igualmente incluídos no material compartilhado com os membros do colegiado. Esclareceu, ainda, que as referidas alterações encontram-se em fase de consolidação e formatação final, razão pela qual o documento permanece aberto para manifestação dos demais conselheiros, a fim de verificar eventual concordância ou sugestões adicionais. Após as considerações, ficou acordado que os membros do Conselho Fiscal analisarão as alterações propostas e, não havendo objeções, o documento será posteriormente consolidado e submetido à aprovação formal do colegiado.

6. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade. (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)

Na sequência, o Sr. Jorge apresentou aos membros do Conselho Fiscal informações relativas aos processos licitatórios e às modalidades de aquisições e contratações realizadas pela Companhia, em atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do Conselho Fiscal, com destaque para as contratações realizadas por dispensa e inexigibilidade. Inicialmente, foram apresentados os indicadores referentes à pesquisa de preços em comparação ao menor valor contratado, bem como o conceito de custo evitado decorrente dos processos licitatórios conduzidos pela Companhia.

Informou que, no mês de fevereiro, foram finalizados nove processos licitatórios, dos quais sete foram homologados com obtenção de economia (save) e dois restaram fracassados, resultando em economia estimada de aproximadamente [REDACTED]. Registrou, ainda, a existência de quatorze licitações em andamento para o mês de março e uma licitação suspensa. No acumulado do exercício, foram contabilizadas dezesseis licitações finalizadas, com economia aproximada de [REDACTED], sendo três processos fracassados e um suspenso, com índice de eficiência estimado em 5%.

Durante a apresentação, foram também demonstrados dados consolidados sobre a eficiência das licitações nos últimos exercícios, bem como a distribuição das economias obtidas por diretoria e no âmbito da Companhia. Informou-se, ainda, que, até o momento, não foram celebradas atas de registro de preços destinadas a outros órgãos.

Na sequência, o Gerente detalhou as contratações realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação, informando que, no mês de referência, foram registradas duas contratações por inexigibilidade e uma por dispensa. No acumulado do exercício, tais modalidades totalizam nove contratações, correspondendo ao montante aproximado de [REDACTED]. Por fim, apresentou dados relativos às compras diretas, informando que, no mês de fevereiro, foram realizadas aquisições no valor aproximado de [REDACTED], totalizando, no acumulado anual, cerca de [REDACTED] distribuídos em 49 compras diretas.

Após os esclarecimentos prestados e não havendo questionamentos adicionais, o Conselho Fiscal registrou ciência das informações apresentadas.

7. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)

A Assessora do Escritório de Governança esclareceu que, no período analisado, não foram identificados fatos relevantes ou eventos que demandassem divulgação ao mercado ou comunicação específica, nos termos da legislação e normativos aplicáveis.

8. Acompanhamento das Demandas (recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal

a) Atualização da evolução ref. à regularização das pendências financeiras junto ao “Detran”

Sr. Carlos Cesar Lucas Dias, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais, apresentou atualização acerca da evolução das pendências financeiras envolvendo a Companhia e o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, em atendimento à solicitação anteriormente formulada pelo Conselho Fiscal. Inicialmente, informou que o relacionamento institucional entre as partes encontra-se atualmente em ambiente mais estável, tendo sido regularizada, ao final do exercício anterior, a maior parte das pendências relacionadas a faturamentos e recebimentos, com fluxo de pagamentos ocorrendo de forma regular nos contratos vigentes.



Esclareceu, contudo, que permanecem pendências relacionadas ao licenciamento de soluções de hiperautomação. Conforme relatado, as licenças foram adquiridas ainda durante a vigência do contrato anterior, no montante aproximado de [REDACTED], tendo o DETRAN efetuado pagamento parcial de cerca de [REDACTED], permanecendo saldo aproximado de [REDACTED] em discussão. Informou, ainda, que houve posterior renovação das licenças no valor aproximado de R\$ 14,7 milhões, cujo pagamento também vem sendo questionado pelo DETRAN, sob o argumento de inexistência de consumo integral das licenças contratadas ou de nova obrigação financeira decorrente da prorrogação contratual.

Destacou que a PRODESP encaminhou ofício ao DETRAN esclarecendo que a obrigação contratual refere-se à disponibilização das licenças, e não necessariamente à sua efetiva utilização, tendo o DETRAN informado que submeteria a matéria à apreciação da Procuradoria Geral do Estado - PGE. Questionado pelo Conselheiro Bruno Caligaris acerca da demora no encaminhamento da consulta, o Sr. Carlos Cesar informou que a decisão de submeter o tema à PGE foi tomada em reunião recente, estando o respectivo ofício ainda em fase de elaboração pelo DETRAN. Informou, ainda, que o assunto já foi reportado internamente à Diretoria da Companhia, especialmente ao Diretor responsável, Sr. Rafael Almeida Fernandez Soto, que vem tratando da questão em reuniões institucionais com o DETRAN.

Na sequência, foram apresentados dados consolidados de faturamento e recebimento referentes aos contratos vigentes com o DETRAN, evidenciando evolução positiva no fluxo de pagamentos. Informou-se que as notas fiscais vêm sendo encaminhadas ao setor financeiro para pagamento logo após a validação das medições, inclusive sem observância do prazo contratual máximo de 30 dias, por orientação da Vice-Presidência do DETRAN. Destacou-se, ainda, o aumento do volume mensal de faturamento em relação ao exercício anterior, em razão da celebração de novos contratos firmados no último semestre.

Durante a discussão, o Conselheiro solicitou esclarecimentos adicionais acerca dos [REDACTED] realizados pela Companhia relacionados ao Projeto do [REDACTED] e à solução de hiperautomação, especialmente no que se refere à expectativa de contratação pelo DETRAN. Em resposta, foi informado que o projeto foi estruturado em duas frentes: a primeira referente à sanitização da base biométrica do DETRAN, cujo contrato já foi firmado no valor aproximado de R\$ 51 milhões, encontrando-se em fase inicial de execução; e a segunda relacionada à coleta e incorporação de novas biometrias, cujo contrato ainda não foi formalizado, em razão de alterações de escopo decorrentes de mudanças normativas promovidas pela Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN.

Destacou que tais alterações implicaram significativa redução da volumetria inicialmente prevista, que passou de aproximadamente 3,5 milhões de coletas biométricas mensais para cerca de 250 mil, impactando diretamente o valor potencial do contrato. Ressaltou-se que, até o momento, não houve manifestação definitiva do DETRAN acerca da continuidade ou não da contratação dessa segunda etapa.

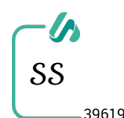
Ao final, os membros do Conselho Fiscal registraram **ciência** das informações apresentadas e **solicitaram** que as atualizações relativas ao tema continuem sendo acompanhadas e reportadas ao colegiado nas próximas reuniões.

b) Acompanhamento do “Projeto do [REDACTED]” e perspectivas financeiras da Companhia

O Sr. Eduardo Augusto Muniz de Souza, Gerente de Inovação Comercial, apresentou ao Conselho a atualização acerca do Projeto do [REDACTED], destacando os [REDACTED] da iniciativa, que compreendem a modernização do sistema atual de biometria do Estado, o aprimoramento do processo de coleta biométrica, a migração da infraestrutura para ambiente de nuvem e a implementação do [REDACTED] responsável pela validação e comparação de registros biométricos, com vistas à prevenção de fraudes e à garantia de identificação segura de cidadãos nas diversas operações que demandam autenticação biométrica.

Informou que o projeto contempla também a sanitização da base biométrica existente, processo destinado à organização e deduplicação dos registros atualmente disponíveis. Nesse contexto, esclareceu que os dois primeiros objetivos do projeto já foram alcançados, encontrando-se atualmente em andamento a etapa de sanitização dos dados biométricos.

O apresentador informou que o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN celebrou contrato com a Companhia para a execução do processo de sanitização da base biométrica, abrangendo



aproximadamente 57 milhões de registros, considerando a base de dados do próprio DETRAN e registros provenientes do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt - IRGD. Esclareceu que o projeto encontra-se atualmente na fase de finalização e aprovação do plano de trabalho, etapa necessária para início efetivo da execução, prevendo-se que o processo de sanitização seja concluído até o mês de julho, dependendo ainda de validações por parte do DETRAN. Em relação à modelagem financeira do projeto, destacou que o modelo originalmente estruturado considerava três principais fontes de receita: a deduplicação e organização do legado biométrico, objeto do contrato atualmente firmado com o DETRAN; um segundo contrato ainda em negociação com o DETRAN para utilização da biometria em processos de autenticação de usuários; e a exploração da tecnologia junto ao mercado privado. Informou, entretanto, que mudanças recentes na regulamentação da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN, relacionadas aos procedimentos de renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, reduziram significativamente a volumetria de consultas biométricas inicialmente prevista no modelo de negócio. Segundo relatado, a estimativa inicial de cerca de 3,5 milhões de consultas mensais foi reduzida para aproximadamente 250 mil, o que representa redução significativa de demanda e impacto estimado de cerca de 33% na receita projetada ao longo de cinco anos. Diante desse cenário, destacou a necessidade de intensificar estratégias de prospecção de novos mercados, especialmente no setor privado, para viabilizar a sustentabilidade econômica do projeto. Para tanto, informou que a Companhia depende de autorização do Comitê de Biometria, coordenado pela Secretaria de Gestão e Governo Digital - SGGD, para comercialização da solução de autenticação biométrica facial junto a entidades privadas, autorização que ainda se encontra em processo de análise. Informou que a documentação necessária já foi encaminhada e que a expectativa é que o tema seja apreciado em reunião do Comitê prevista para a segunda quinzena do mês de março.

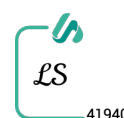
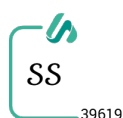
Durante a apresentação, o Conselheiro Bruno Caligaris formulou questionamentos acerca da composição do referido Comitê, das perspectivas de deliberação sobre a autorização solicitada e das estratégias de prospecção de novos clientes públicos e privados. Em resposta, o Sr. Eduardo Muniz informou que o Comitê é composto por representantes da SGGD, da PRODESP, do IRGD e do DETRAN, e que a Companhia já iniciou tratativas com potenciais parceiros, incluindo certificadoras digitais e outros órgãos públicos, como forma de ampliar as oportunidades de utilização da tecnologia. Na sequência, foram apresentados dados referentes ao andamento técnico do projeto, ao lançamento institucional da solução e ao portfólio de produtos associados ao [REDACTED], incluindo serviços de sanitização biométrica, incorporação de registros biométricos e autenticação biométrica facial. Também foram apresentados dados relativos ao status financeiro do projeto, esclarecendo-se que os valores indicados como “investidos” correspondem ao montante previsto para execução do projeto, enquanto os valores “pagos” referem-se às despesas já liquidadas. Informou ainda, que o retorno financeiro do projeto ainda não foi registrado, uma vez que a execução do contrato com o DETRAN encontra-se em fase inicial e os pagamentos ocorrerão de forma progressiva, conforme a realização do processo de sanitização.

Ao final, o colegiado tomou ciência das informações apresentadas **destacando** a importância do acompanhamento contínuo do projeto, especialmente quanto aos impactos decorrentes da redução da volumetria originalmente prevista e à necessidade de viabilização de novas fontes de receita para assegurar a [REDACTED] da iniciativa.

c) Acompanhamento da situação atual da “Coleta Biométrica”

Na sequência o Sr. Victor Hartmann, Gerente Comercial apresentou atualização sobre a situação das negociações relacionadas à coleta biométrica, destacando as tratativas em andamento com a Secretaria de Gestão e Governo Digital - SGGD, o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt - IRGD e o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

Inicialmente, informou que, no âmbito da SGGD, houve regularização de valores referentes a períodos anteriormente executados. Relatou que, em 30 de dezembro de 2025, foi recebido o montante de aproximadamente [REDACTED], correspondente ao período de novembro de 2023 a março de 2024, quando havia cobertura contratual vigente. Informou, ainda, que foi efetuado pagamento adicional no valor aproximado de [REDACTED], recebido em 6 de janeiro de 2026, referente ao período compreendido entre abril de 2024 e novembro de 2025, período em que a execução dos serviços ocorreu sem cobertura contratual formal. Esclareceu que, do montante total, permanece pendente o recebimento de aproximadamente [REDACTED].



Em relação ao IRGD, informou que foi encaminhada proposta comercial em 23 de dezembro do exercício anterior, no valor aproximado de [REDACTED], correspondente a cerca de [REDACTED] milhões mensais pelo período de 12 meses. Desde então, a Companhia vem realizando tratativas e cobranças junto ao Instituto para manifestação sobre a proposta apresentada, tendo sido reiterado contato recente sem que, até o momento, tenha sido obtida resposta formal acerca da aprovação ou não da proposta.

Quanto ao DETRAN, o Gerente Comercial esclareceu que, em razão das alterações de volumetria decorrentes de mudanças regulatórias mencionadas em apresentações anteriores, foi necessário revisar o orçamento inicialmente estimado para a execução dos serviços de coleta biométrica. A nova proposta encaminhada considera valor aproximado de [REDACTED], correspondente a cerca de [REDACTED] mensais pelo período de 30 meses. Informou que, em 25 de fevereiro, foi solicitada manifestação formal do DETRAN sobre o termo de referência correspondente, não tendo sido recebida resposta até o momento.

Após os esclarecimentos prestados, o Conselho registrou **ciência** das informações apresentadas acerca do andamento das negociações e da situação atual da coleta biométrica, permanecendo o tema sob **acompanhamento** contínuo pelo colegiado.

d) Reportes periódicos de “Compliance e Riscos”, com indicadores e evidências de incidentes relevantes

Considerando a ausência dos Conselheiros Roberto Cesar de Oliveira Viegas e Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, ambos vinculados à Controladoria Geral do Estado - CGE e com reconhecida experiência nos temas de Compliance e Gestão de Riscos, deliberou-se pela retirada do item de pauta referente aos Reportes Periódicos de “Compliance e Riscos”, com indicadores e evidências de incidentes relevantes, ficando o tema postergado para apresentação e apreciação na próxima reunião do colegiado.

9. Outros assuntos de interesse social:

a) Ciência aos membros acerca da disponibilização, em ambiente virtual corporativo Microsoft SharePoint (SharePoint), das atas e documentos correlatos dos seguintes órgãos de governança: Assembleias Gerais de Acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. (atendimento dos itens 3.1 e 5.4 do Planejamento Anual do Conselho Fiscal)

A Assessora do Escritório de Governança informou acerca da disponibilização, em ambiente virtual corporativo Microsoft SharePoint (SharePoint), das atas e documentos correlatos dos órgãos de governança da Companhia, compreendendo as Assembleias Gerais de Acionistas, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, em atendimento aos itens 3.1 e 5.4 do Planejamento Anual do Conselho Fiscal. Esclareceu que foi estruturado ambiente virtual compartilhado entre o Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho Fiscal, com o objetivo de facilitar o acesso às atas, documentos e informações relativas às reuniões dos órgãos de governança.

Durante a manifestação, o Conselheiro Bruno Caligaris ressaltou a importância de que a disponibilização dessas informações seja comunicada aos demais membros do colegiado, de modo a assegurar amplo conhecimento e acesso aos documentos. Em resposta, foi informado que os materiais encontram-se em processo de organização e disponibilização no referido ambiente virtual, cujo acesso será realizado mediante controle individual por perfil de usuário, observadas as diretrizes internas de confidencialidade e governança da informação.

Encerramento: Não havendo outros assuntos a serem tratados, e tendo sido esgotada a pauta do dia, a reunião foi encerrada e eu, Sandra Marinalva da Silva Soares, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos Senhores membros do Conselho Fiscal. Taboão da Serra, 10 de março de 2026.


Luzia Valeria Sarno

LUZIA VALERIA SARNO
Presidente do Conselho Fiscal


Maurício Barutti De Oliveira

MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA
Membro do Conselho Fiscal



Roberto César De Oliveira Viegas

45134

ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS

Membro do Conselho Fiscal



Bruno Santos Abreu Caligaris

47134

BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS

Membro do Conselho Fiscal



Rodrigo Fontenelle De Araujo Miranda

48367

RODRIGO FONTENELLE DE ARAÚJO MIRANDA

Membro do Conselho Fiscal



Sandra Marinalva Da Silva Soares

39619

SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES

Assessora da Coordenadoria de Escritório de
Governança e Secretária da Reunião

Ata - CF 004-2026_10-03-2026.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 70DBD-OD7E2-CA42D

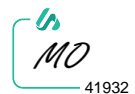


Solicitação de assinatura iniciada por: Sandra M. d. S. S. em 16/03/2026

Assinaturas



Mauricio Barutti de Oliveira
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 16 de março de 2026, 18:47:26 | E-mail: mba*****@fa***** | Endereço de IP: 189.62.58.20 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 146.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-7685



Luzia Valeria Sarno
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 16 de março de 2026, 18:54:42 | E-mail: luz*****@fd***** | Endereço de IP: 189.121.201.10 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 145.0.0.0, Mac 10.15.7 | Celular: (**) *****-0574



Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 17 de março de 2026, 15:48:48 | E-mail: rfo*****@sp***** | Endereço de IP: 177.95.190.147 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-4075



Bruno Santos Abreu Caligaris
Assinou Eletronicamente



Bruno Santos Abreu Caligaris



BC

47134

47134

Assinou em: 17 de março de 2026, 20:13:51 | E-mail: bca*****@ho***** | Endereço de IP: 201.55.53.80 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-4567



Sandra Marinalva da Silva Soares
Assinou Eletronicamente



Sandra Marinalva Da Silva Soares



SS

39619

39619

Assinou em: 19 de março de 2026, 10:36:14 | E-mail: sso****@sp***** | Endereço de IP: 200.144.5.29 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 146.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-0797



Roberto César de Oliveira Viegas
Assinou Eletronicamente



Roberto César De Oliveira Viegas



RCOV

45134

45134

Assinou em: 19 de março de 2026, 11:26:24 | E-mail: rco*****@sp***** | Endereço de IP: 177.95.190.31 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 146.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-1000